



PCCR

Relator da LOA diz que fez sua parte: agora é com Peluso



NELSON JRS/COSTE

Solução está nas mãos do presidente do Judiciário

A decisão que pôs fim à greve dos servidores do foi anunciada no dia 22 de julho pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, em reunião com representantes do Sindjus e da Fenajufe: o PCCR seria votado após as eleições, sem alterações no texto do Projeto de Lei, e a previsão orçamentária para o reajuste já havia sido encaminhada ao Ministério do Planejamento.

Agora é hora de Peluso cobrar do presidente Lula o cumprimento do acordo firmado em julho. Só falta o sinal verde do presidente da República para a inclusão dos recursos na Lei Orçamentária e a aprovação dos PLs 6613 e 6697, que garantem o reajuste salarial dos servidores do Judiciário e do Ministério Público. E só uma pessoa pode fazer essa cobrança: o presidente do STF.

O coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo, reuniu-se na tarde de ontem (dia 9) com o relator da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), senador Gim Argello (PTB/DF), que informou que existe recurso disponível no Orçamento para iniciar a implantação do PCCR. No entanto, até o momento não existe o acordo que garanta a inclusão dos valores do PL 6613/2009 na proposta em questão.

Policarpo participou da reunião junto com três representantes do STF: o diretor-geral, Alcides Diniz; o diretor de recursos humanos, Amarildo Oliveira; e o juiz auxiliar da presidência, Fernando Florindo Marcondes. Na avaliação dos presentes, a informação de que existem recursos derruba um dos principais argumentos do governo, sustentado no fato de que não há dinheiro para viabilizar os planos. Contudo, faz-se necessária uma intervenção pessoal do ministro Peluso junto a Lula para incluir os projetos na LOA.

A participação de Peluso nessa fase do processo, segundo avaliação dos integrantes do STF, é fundamental, pois Gim Argello já procurou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para discutir os valores dos PCCRs e cobrar o

acordo, mas o representante do Executivo teria dito que não há compromisso algum fechado em relação ao reajuste dos servidores. O único reajuste garantido até então é dos magistrados. Diante do impasse, a adequação do relatório preliminar do relator vai depender do presidente do STF garantir que o acordo que foi fechado com o presidente Lula se cumpra.

Peluso, que está em Washington, voltou a defender a inclusão do reajuste do Poder Judiciário no Orçamento de 2011 com objetivo de equiparar os salários dos servidores aos de outras carreiras correspondentes do Executivo e Legislativo que tiveram aumentos nos últimos anos. No entanto, afirmou que embora venha tentando, não conseguiu até agora fazer contato com o Executivo para cobrar o acordo. Para Peluso, há "tremenda resistência" do Executivo aos pleitos do Judiciário.

Defendendo a autonomia do Poder Judiciário, disse: "A independência do Judiciário figura como promessa na Constituição. Não se dá atenção às necessidades orçamentárias da Justiça, não só em relação à folha de pagamento, mas aos investimentos na modernização dos tribunais".

Requerimento de audiência pública na Comissão de Finanças é retirado

Conforme informado pelo site do Sindjus ontem (terça, dia 9), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados votaria na manhã de hoje um requerimento sobre a realização de uma audiência pública para discutir o PL 6613, relativo ao plano de carreira e ao reajuste salarial dos servidores do Judiciário.

No entanto, empenhado em defender a aprovação imediata do PCCR, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, reuniu-se ontem com o deputado Ricardo Berzoini, membro titular da CFT e autor do requerimento de audiência pública. O objetivo foi esclarecer a conjuntura relativa ao projeto e impedir que seguisse adiante a ideia de realizar uma audiência pública.

“Essa era uma providência que só serviria para desgastar o processo e atrapalhar a aprovação do projeto de lei”, afirmou Policarpo.

O coordenador do Sindjus explicou ao deputado Ricardo Berzoini que já havia sido realizada uma audiência pública a pedido da bancada governista, em abril deste ano, quando o projeto tramitava na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). “Na ocasião discutiu-se o PL 6613 no que se refere ao mérito e às questões orçamentárias”, lembra Policarpo.

Como resultado da conversa, o deputado Berzoini retirou da pauta de votações da Comissão de Finanças e Tributação o requerimento da nova audiência pública.



Berzoini: requerimento retirado

PARTICIPE!

CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DO CONSELHO DE DELEGADOS SINDICAIS DE BASE

Atenção: às 14h desta sexta-feira (dia 12/11), no auditório da CUT, o Sindjus realizará a última reunião ordinária de Delegados Sindicais prevista no calendário 2010. O principal item da pauta é a discussão em torno da aprovação dos PL 6613/09 e PL 6697/09.

Nessa reunião, o Sindicato informará os delegados sobre os passos adotados, por meio de um balanço de ações, análises políticas e perspectivas. Os delegados trarão as principais dúvidas e sugestões da categoria.

Sua presença é mais do que fundamental para o pleno desenvolvimento dos trabalhos. Contamos com as suas ideias, o seu empenho pessoal e a sua capacidade de mobilização.